

Título em português: Interseccionalidade nas Políticas Públicas: Práticas e Desafios segundo uma Revisão de Escopo

Título em inglês: Intersectionality in Public Policies: Practices and Challenges from a Scoping Review

Título em espanhol: Interseccionalidad en las Políticas Públicas: Prácticas y Desafíos según una Revisión de Alcance

GT03 - Longevidade, Gênero e Raça

Júlia Heide Pires Rocha Ribeiro, Auditora Federal de Finanças e Controle e Mestre em Governança e Inovação em Políticas Públicas – Universidade de Brasília

Ludmila de Melo Souza, Professora no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e no Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas, ambos na Universidade de Brasília

Paulo Ricardo da Costa Reis, Professor no Departamento de Gestão de Políticas Públicas e nos Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas e em Administração Pública, todos na Universidade de Brasília

RESUMO: A interseccionalidade tem se consolidado como uma abordagem relevante para compreender como múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, classe e outras dimensões identitárias, interagem na produção de desigualdades. No campo das políticas públicas, essa perspectiva amplia a capacidade analítica para avaliar como diferentes grupos sociais respondem às intervenções estatais. Este artigo apresenta uma revisão de escopo da literatura sobre interseccionalidade aplicada às políticas públicas, com o objetivo de identificar práticas discutidas para sua incorporação, mapear os principais desafios à sua implementação e sistematizar sugestões para superá-los. A revisão seguiu as diretrizes PRISMA-ScR, com buscas nas bases Scopus, Web of Science e SciELO, abrangendo o período de 1989 a outubro de 2024. Após o processo de triagem e a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram analisados 110 artigos. A análise qualitativa foi realizada no software ATLAS.ti por meio de codificação temática. Os resultados indicam crescimento recente da produção acadêmica sobre o tema, com predominância de estudos qualitativos e concentração em países do hemisfério norte. Entre as principais recomendações destacam-se a integração intersetorial, o uso de dados desagregados, a capacitação de agentes públicos e a participação social. Entre os principais desafios figuram a resistência institucional, a escassez de dados adequados, a rigidez burocrática e a baixa representatividade de grupos marginalizados nos processos decisórios.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Políticas públicas; Desigualdades sociais; Implementação de políticas públicas; Revisão de escopo.

ABSTRACT: Intersectionality has become an important analytical approach for understanding how multiple social markers—such as gender, race, class, and other identity dimensions—interact in the production of social inequalities. In the field of public policy, this perspective expands the analytical capacity to assess how different social groups respond to government interventions. This article presents a scoping review of the literature on the application of intersectionality in public policies, aiming to identify practices discussed for incorporating this perspective, map the main challenges to its implementation, and systematize suggestions to overcome them. The review followed the PRISMA-ScR guidelines, with searches conducted in the Scopus, Web of Science, and SciELO databases, covering the period from 1989 to October 2024. After the screening process and the application of eligibility criteria, 110 articles were analyzed. The qualitative analysis was conducted using ATLAS.ti through

thematic coding. The results indicate recent growth in academic production on the topic, with a predominance of qualitative studies and a concentration of publications in countries of the Global North. Key recommendations identified in the literature include intersectoral integration, the use of disaggregated data, the training of public officials, and the promotion of social participation. Major challenges include institutional resistance, the lack of adequate data, bureaucratic rigidity, and the underrepresentation of marginalized groups in decision-making processes.

Keywords: Intersectionality; Public policy; Social inequalities; Policy implementation; Scoping review.

RESUMEN: La interseccionalidad se ha consolidado como un enfoque relevante para comprender cómo múltiples marcadores sociales, como género, raza, clase y otras dimensiones identitarias, interactúan en la producción de desigualdades. En el campo de las políticas públicas, esta perspectiva amplía la capacidad analítica para evaluar cómo distintos grupos sociales responden a las intervenciones estatales. Este artículo presenta una revisión de alcance de la literatura sobre la aplicación de la interseccionalidad en las políticas públicas, con el objetivo de identificar prácticas discutidas para su incorporación, mapear los principales desafíos para su implementación y sistematizar sugerencias para superarlos. La revisión siguió las directrices PRISMA-ScR, con búsquedas realizadas en las bases de datos Scopus, Web of Science y SciELO, abarcando el período de 1989 a octubre de 2024. Tras el proceso de selección y la aplicación de los criterios de elegibilidad, se analizaron 110 artículos. El análisis cualitativo se realizó con el software ATLAS.ti mediante codificación temática. Los resultados indican un crecimiento reciente de la producción académica sobre el tema, con predominio de estudios cualitativos y concentración en países del hemisferio norte. Entre las principales recomendaciones destacan la integración intersectorial, el uso de datos desagregados, la capacitación de agentes públicos y la participación social. Entre los principales desafíos se identifican la resistencia institucional, la escasez de datos adecuados, la rigidez burocrática y la baja representatividad de grupos marginados en los procesos de toma de decisiones.

Palabras clave: Interseccionalidad; Políticas públicas; Desigualdades sociales; Implementación de políticas públicas; Revisión de alcance.

1. Introdução:

A interseccionalidade tem se consolidado como uma abordagem central nos estudos sobre políticas públicas sociais, ao proporcionar uma compreensão mais complexa e articulada das múltiplas desigualdades que atravessam a sociedade contemporânea. Neste artigo, apresentamos uma revisão de escopo sobre sua aplicação no âmbito das políticas públicas. Para tanto, é fundamental retomar as bases teóricas do conceito e revisitar as autoras que inauguraram os debates em torno da interseccionalidade.

Medeiros (2019, p. 80) observa que diversas autoras convergem quanto ao reconhecimento das contribuições originais de Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), frequentemente situadas como marco inaugural dos debates contemporâneos sobre interseccionalidade, de acordo com o autor, as ideias centrais propostas por Crenshaw permanecem fundamentais nos estudos interseccionais contemporâneos. Na mesma publicação, Medeiros (2019) também destaca as contribuições de Patricia Hill Collins, amplamente reconhecida, em conjunto com Crenshaw, como uma das influências mais relevantes no pensamento feminista contemporâneo e na consolidação do conceito de interseccionalidade.

Em 1991, Crenshaw ampliou o debate ao estabelecer três dimensões do conceito de interseccionalidade: estrutural, política e representacional. Embora inseparáveis na prática, tais dimensões permitem distinguir diferentes esferas de conhecimento e arenas de disputa em que o conceito se manifesta.

Collins (1993), por sua vez, propõe uma superação das abordagens aditivas, criticando-as por não captarem adequadamente a interdependência entre os marcadores de identidade, argumentando que estas não seriam verdadeiramente interseccionais. Na visão da autora, tais abordagens por favorecerem visões distorcidas da realidade vivida pelos indivíduos, ao dicotomizar dimensões que são intrinsecamente interconectadas e tratá-las como categorias parciais e hierarquizadas. Tal postura, segundo a autora, perpetua uma miopia conceitual baseada na generalização indevida de características de gênero, raça ou classe como se fossem atributos universais.

Tiffany Manuel (2006) considera a interseccionalidade uma lente analítica útil no âmbito das políticas públicas, sobretudo para fortalecer o poder explicativo dos modelos de avaliação de impactos e resultados. Ela critica estudos anteriores de políticas públicas por tratarem fenômenos como lineares, estáticos e desconectados, em vez de multifacetados e fluidos.

Para Manuel (2006), aplicar a teoria da interseccionalidade requer modelos capazes de acomodar a interação dinâmica de diversas diferenças – muitas vezes associadas à exclusão social e à opressão – de modo a prever com maior precisão como certos grupos responderão às políticas públicas. Nesse sentido, a autora propõe o uso de uma “lente interseccional”, ressaltando que as identidades não são estáticas nem hierarquizadas. Há, ainda, ampla gama de marcadores a considerar, como gênero, raça, classe, primeiro idioma falado, status de minoria, idade, status de imigrante, deficiência, religião, orientação sexual, configuração familiar e situação ocupacional. Manuel também diferencia “formas verticais (entre grupos) e horizontais (dentro do grupo) de interseccionalidade”, indicando que essas variações podem explicar por que as políticas públicas produzem resultados distintos em diferentes contextos.

A autora ainda pondera que, para promover o bem-estar individual e coletivo, é preciso desenvolver métodos inovadores que deem conta desses marcadores de identidade. Contudo, Manuel (2006) ressalta que as políticas públicas tendem a ser reducionistas e incrementais, pois formuladores e acadêmicos frequentemente procuram soluções “politicamente viáveis” ou mais econômicas, simplificando a complexidade das experiências sociais. Nesse processo, a diversidade de perspectivas acaba reduzida a uma única questão “tratável”, o que muitas vezes inviabiliza inovações em favor de grupos marginalizados. Por essa razão, ela enfatiza a importância de conhecer a “localização social” e entender como múltiplas dimensões influenciam a capacidade de resposta às políticas.

A abordagem interseccional pode ser uma ferramenta útil na construção de políticas públicas por considerar as diversas bases de identidade do indivíduo. Ao se reconhecer que as pessoas podem pertencer a mais de um grupo na sociedade e vivenciar simultaneamente opressão e privilégio, as diferenças emergem de modo mais evidente (Garcia; Zajicek, 2022). Além disso, ao compreender que essas categorias de identidade não são únicas, mas sim múltiplas e interligadas, torna-se possível evitar a marginalização de grupos específicos e aperfeiçoar as políticas públicas (Corus et al., 2016).

La Barbera, Cassain e Caravantes (2023) explicam que múltiplos fatores de discriminação geram formas conectadas de vulnerabilidade, que o conceito de interseccionalidade ajuda a revelar. Elas ressaltam a importância de abordar essas vulnerabilidades de forma integrada para uma implementação eficaz de políticas públicas.

Por sua vez, Hankivsky e Cormier (2011, p. 219) lembram que considerar a interseccionalidade torna as análises mais perspicazes, holísticas e abrangentes. As autoras apontam que essa perspectiva revela processos de criação de significados de privilégio e exclusão na elaboração de políticas, o que, em última análise, leva à reconstrução de políticas prejudiciais e opressivas. Ademais, a observação de Collins (1993) sobre as abordagens aditivas reforça o desafio de implementar o conceito na concepção e execução de políticas públicas.

Medeiros (2019, p. 79) pondera que a perspectiva interseccional aponta para um ganho analítico em complexidade e profundidade na abordagem de formas múltiplas de desigualdade e subordinação social. O autor argumenta que isso contribui significativamente para aperfeiçoar as análises sobre as políticas públicas voltadas ao combate às desigualdades sociais.

Entretanto, La Barbera et al. (2023) chamam atenção para o fato de que, embora formuladores de políticas públicas europeus reconheçam as desigualdades interseccionais no planejamento, o desafio está em traduzir esse reconhecimento em práticas concretas. Elas pontuam que há diversas recomendações de organismos internacionais de direitos humanos para tratar as desigualdades por meio de leis e políticas, mas sublinha a necessidade de uma implementação prática mais efetiva.

Além disso, La Barbera et al. (2023) argumentam que a implementação bem-sucedida da interseccionalidade está ligada ao significado assimilado pela equipe técnica responsável pela execução das políticas. Elas alertam sobre a tendência de vincular interseccionalidade apenas à abordagem de gênero, desconsiderando outros fatores de discriminação estrutural, o que pode limitar o impacto transformador da perspectiva.

A literatura sobre interseccionalidade em políticas públicas destaca tanto a importância de integrar múltiplos marcadores de identidade na elaboração de ações estatais quanto os desafios práticos para efetivar essa perspectiva. Entretanto, ainda há lacunas quanto às práticas que podem orientar a formulação e a implementação de políticas interseccionais e, sobretudo, às estratégias capazes de superar barreiras à implementação. Nesse contexto, este artigo justifica-se pela necessidade de analisar e sistematizar os achados do campo, a fim de fornecer subsídios para a formulação e monitoramento de políticas públicas mais sensíveis à complexidade das desigualdades sociais.

Assim, as perguntas de pesquisa que norteiam esta revisão de escopo são: “Quais as práticas discutidas na literatura para incorporar a perspectiva interseccional nas políticas públicas; quais são os principais desafios para essa incorporação e que sugestões são apresentadas para superá-los?”. Para respondê-las, foram definidos os seguintes objetivos: (i) identificar e analisar as principais práticas para a integração da interseccionalidade em políticas públicas; (ii) mapear as lacunas na literatura sobre interseccionalidade e políticas públicas; e (iii) sistematizar as práticas e sugestões encontradas, de modo a subsidiar a formulação e monitoramento de políticas mais inclusivas. A próxima seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para cumprir esses objetivos.

2. Procedimentos Metodológicos

Esta revisão de escopo seguiu as diretrizes do PRISMA-ScR (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews), conforme proposto por Tricco et al. (2018), adotando um protocolo estruturado que definiu estratégias de busca, critérios de seleção e procedimentos de análise dos dados. Dessa forma, buscou-se assegurar transparência metodológica e abrangência dos resultados, alinhando-se aos objetivos apresentados na introdução.

Para a organização das referências e o rastreamento do processo de seleção, recorreu-se à plataforma Catchii, reconhecida por oferecer ferramentas de detecção de textos duplicados, triagem em múltiplas etapas e geração de fluxogramas, além da possibilidade de uso off-line (Halman; Oshlack, 2024). Essas facilidades contribuíram para uma seleção ágil e documentada, bem como para a elaboração do fluxograma PRISMA-ScR que descreve cada fase do processo.

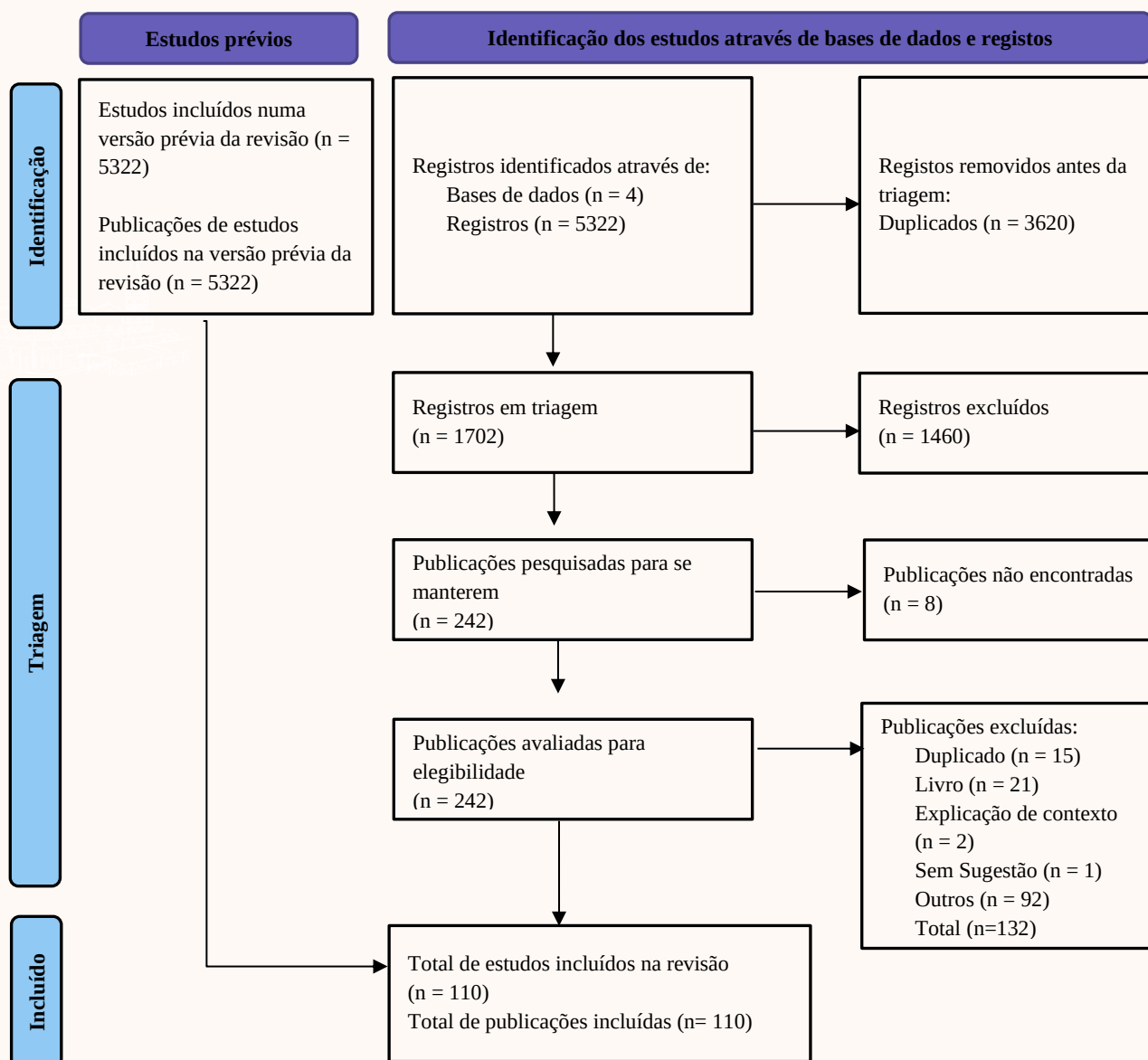
As buscas foram realizadas nas bases de dados Scopus, Web of Science (WoS) e SciELO, complementadas por artigos provenientes do acervo pessoal dos pesquisadores. Optou-se por um recorte temporal de 1989 até 27 de outubro de 2024, justificando-se o período inicial pelo reconhecimento do trabalho pioneiro de Kimberlé Crenshaw (1989), e estendendo-se até a data mais recente das buscas realizadas.

Para contemplar diferentes idiomas e variações terminológicas, utilizaram-se operadores booleanos (AND) na combinação dos seguintes termos: “Intersectionality” / “Interseccionalidade” / “Intersectional” / “Interseccional” e “Public policies” / “Políticas públicas” / “Public policy” / “Política pública”. Tais termos foram pesquisados em campos de título, resumo e palavras-chave de cada base, considerando a padronização específica de cada plataforma.

Os critérios de inclusão compreenderam: (a) Publicações em português, inglês, espanhol ou francês; (b) estudos que abordassem explicitamente a perspectiva interseccional em políticas públicas; (c) disponibilidade de texto integral. Como critérios de exclusão, aplicaram-se: (a) duplicidade de registros; (b) títulos e/ou resumos sem relação com interseccionalidade e políticas públicas; (c) documentos alheios a pesquisas empíricas ou teóricas pertinentes ao tema.

Após a detecção de duplicados e a triagem de títulos e resumos, cada artigo considerado potencialmente elegível passou pela leitura de texto completo. Ao final desse processo, foram incluídos 110 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade. A ferramenta Catchii registrou tanto o número de estudos excluídos em cada etapa quanto o total de estudos efetivamente selecionados, informações que serviram de base para a elaboração do diagrama PRISMA-ScR, apresentado a seguir.

Figura 1. Fluxograma PRISMA-ScR do processo de triagem.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de PRISMA (2020) e Tricco et al. (2018).

Para a análise qualitativa dos artigos finais, utilizou-se o software ATLAS.ti, que possibilitou a organização e categorização das informações extraídas dos textos. Os trechos de interesse foram codificados e agrupados em categorias temáticas, permitindo identificar padrões na literatura. A estrutura de codificação seguiu uma abordagem orientada para a prática, organizando os códigos em duas categorias principais: desafios (13 códigos) e sugestões para implementação da interseccionalidade nas políticas públicas (35 códigos). Essa categorização permitiu uma clareza sobre os obstáculos que dificultam a incorporação dessa abordagem e das possíveis estratégias sugeridas para superá-los. Abaixo, apresenta-se os códigos utilizados em cada macro categoria.

Quadro 1 – Códigos: Sugestões para a implementação da interseccionalidade

Grupos	Código
1. Estrutura Institucional	Integração Intersetorial

Grupos	Código
	Redução de Barreiras Institucionais
	Institucionalização da Interseccionalidade
	Promoção de Cultura Organizacional Pró-Equidade
	Garantia de Financiamento Consistente
	Garantia de Flexibilidade Organizacional
	Criação e Aplicação de Legislação Antidiscriminatória
	Definição de Diretrizes Operacionais Claras e Aplicáveis
	Evitar Imposições e Assegurar Adaptação Local
	Aproveitamento de Estruturas Existentes
2. Planejamento e Formulação	Reconhecimento da Interseccionalidade
	Coleta e uso de dados desagregados
	Elaboração de Diagnóstico Abrangente
	Foco nas Vulnerabilidades Contextuais
	Identificação de Políticas que Reforçam Desigualdades
	Implementação Gradual e Ajustável das Políticas
	Utilizar IBPA framework
3. Implementação e Execução	Incentivo à Participação Social
	Capacitação de Profissionais para Formulação e Prestação de Serviços
	Adaptação das Políticas ao Contexto Local
	Desenvolvimento de Coalizões Não-Tradicionais
	Engajamento e Formação de Lideranças Comunitárias
	Adoção de Práticas Cooperativas
	Capacitação para Defesa de Direitos
	Fomento à Liderança Colaborativa
	Promoção da Atuação Transversal
	Desenvolvimento de Soluções Escalonadas
4. Acesso e Inclusão	Expansão do Acesso a Serviços e Inclusão das Periferias
	Garantia de Representação Legislativa e Social
	Promoção da Mudança Cultural e Combate ao Preconceito
	Fortalecimento da Assistência Social Inclusiva
	Criação de Campanhas de Divulgação Direcionadas ao Público-Alvo
	Promoção da inclusão digital
	Aumento da Visibilidade da Diversidade em Campanhas Institucionais
5. Monitoramento e Avaliação	Implementação de Estratégias de Monitoramento e Avaliação

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Códigos: Desafios para a implementação da interseccionalidade

Grupos	Código
6. Estruturas e Processos	Resistências Institucionais à Interseccionalidade
	Burocracia Rígida e Dificuldade de Adaptação

Grupos	Código
	Articulação entre os Diferentes Níveis de Governo
	Ferramentas para Operacionalização
	Continuidade das políticas
7. Representatividade e Inclusão	Uniformização da compreensão de interseccionalidade
	Representatividade nos Espaços de Poder
	Barreiras de Acesso a Serviços e Direitos
	Medo do Estigma Social por Parte do Público-Alvo
8. Planejamento e Recursos	Dados Insuficientes para Formulação e Monitoramento de Políticas
	Complexidade na integração de identidades
	Recursos para comunidades marginalizadas
	Conflitos entre interesses econômicos e sociais

Fonte: Elaboração própria.

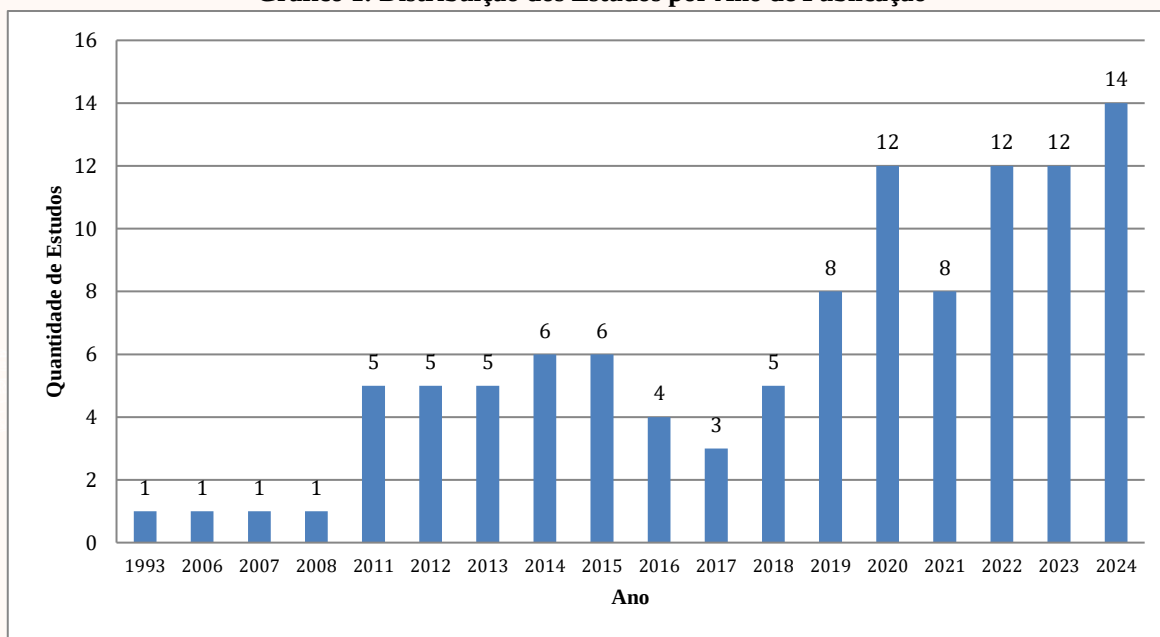
Por fim, estruturou-se uma planilha de Excel para registrar informações gerais (autor, ano, país, tipo de estudo e objetivos). A consolidação dos resultados ocorreu por meio de análise temática, gerando insumos acerca de boas práticas registradas na literatura, pontos críticos que dificultam a inclusão de múltiplos marcadores de identidade nas políticas públicas e possíveis estratégias de superação. A seguir, apresenta-se a seção de Resultados, detalhando as principais evidências encontradas ao longo do processo de revisão.

3. Resultados

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados obtidos a partir da metodologia descrita. Optou-se por organizar a seção em três grandes eixos relacionados à interseccionalidade nas políticas públicas: (i) características e tendências da produção acadêmica na área, (ii) sugestões para aprimorar a incorporação da perspectiva interseccional nas políticas públicas, (iii) desafios que dificultam sua implementação e (iv) contexto brasileiro. Esses resultados evidenciam tendências, lacunas e oportunidades de aprofundamento, contribuindo para uma compreensão mais detalhada de como essa abordagem tem sido discutida na literatura e aplicada na formulação e execução de políticas públicas.

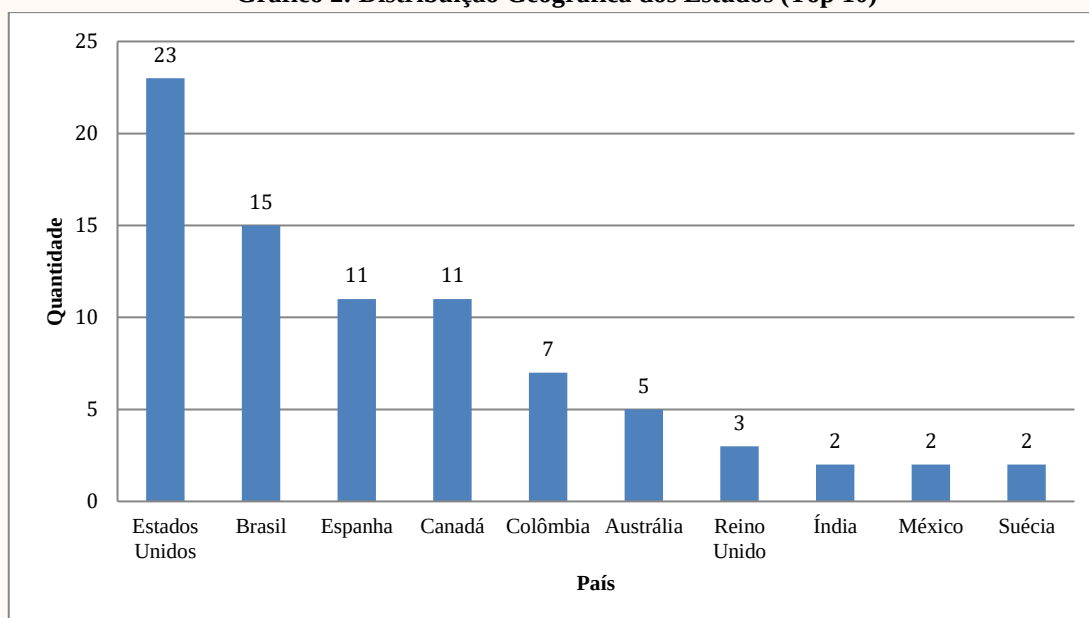
3.1 Panorama Acadêmico da Interseccionalidade em Políticas Públicas

A distribuição temporal dos estudos (Gráfico 1) mostra um aumento consistente de publicações nos últimos cinco anos, o que sugere interesse crescente em aplicar a abordagem interseccional em debates científicos e institucionais. Esse crescimento pode estar relacionado à ampliação das discussões sobre equidade, direitos humanos e justiça social, bem como ao reconhecimento de desigualdades estruturais que exigem soluções políticas informadas por múltiplos marcadores de identidade.

Gráfico 1: Distribuição dos Estudos por Ano de Publicação

Fonte: Elaboração própria.

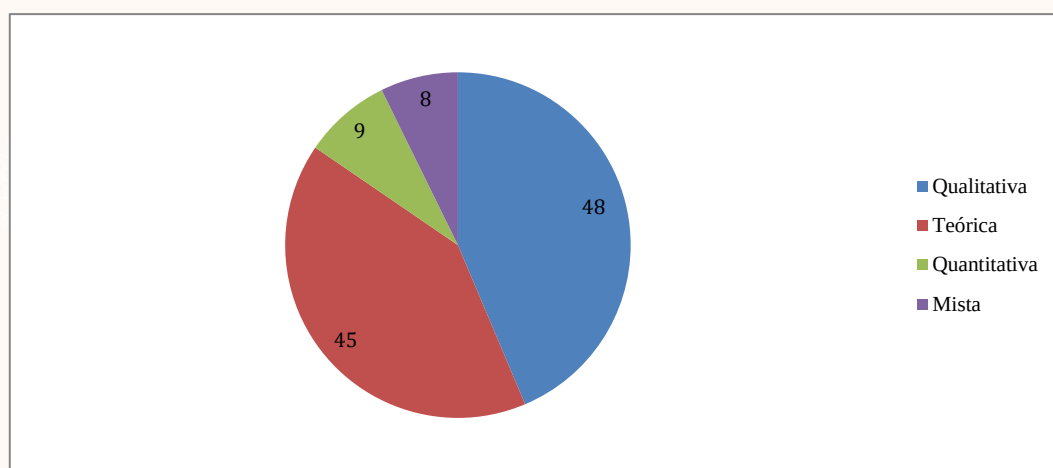
No que se refere à análise geográfica (Gráfico 2), os países do hemisfério norte, como Estados Unidos, Espanha e Canadá, destacam-se com maior número de trabalhos. Tal distribuição sugere que a interseccionalidade já se encontra relativamente consolidada como instrumento analítico em contextos institucionais e acadêmicos do hemisfério norte. Entre as nações latino-americanas, o Brasil ocupa posição de destaque, com 15 estudos, e a Colômbia ultrapassa até mesmo o Reino Unido, demonstrando crescente mobilização acadêmica na América Latina para compreender dinâmicas de desigualdade.

Gráfico 2: Distribuição Geográfica dos Estudos (Top 10)

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao tipo de pesquisa, a interseccionalidade demonstra afinidade com abordagens qualitativas (Gráfico 3), embora a presença de estudos mistos indique esforço na triangulação de dados e na busca por evidências mais robustas. Por outro lado, observa-se baixa incidência de estudos exclusivamente quantitativos, o que pode estar relacionado a limitações na coleta de dados desagregados e à complexidade de operacionalizar variáveis interseccionais em modelos estatísticos robustos.

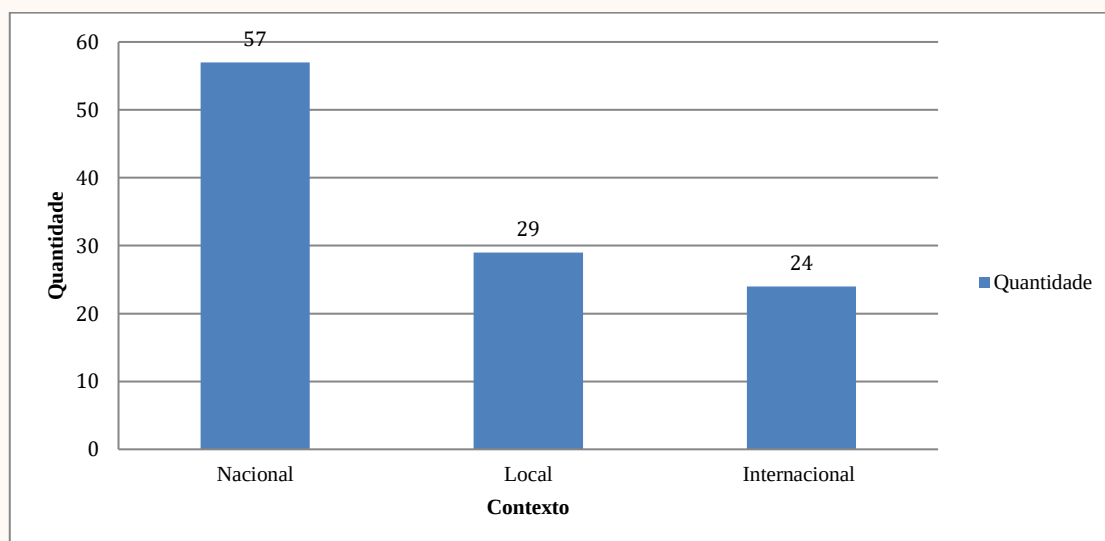
Gráfico 3: Distribuição dos Tipos de Pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 4 exibe a distribuição dos estudos conforme o âmbito de análise (local, nacional ou internacional), evidenciando uma predominância por abordagens em nível nacional. Esse resultado pode ser atribuído à facilidade de acesso a dados administrativos, à existência de marcos regulatórios definidos e ao interesse em investigar de que forma as desigualdades se manifestam no âmbito de cada país. Já os estudos de escopo internacional aparecem em menor número, possivelmente devido aos desafios metodológicos e conceituais de comparar contextos sociopolíticos heterogêneos.

Gráfico 4: Contexto dos Estudos

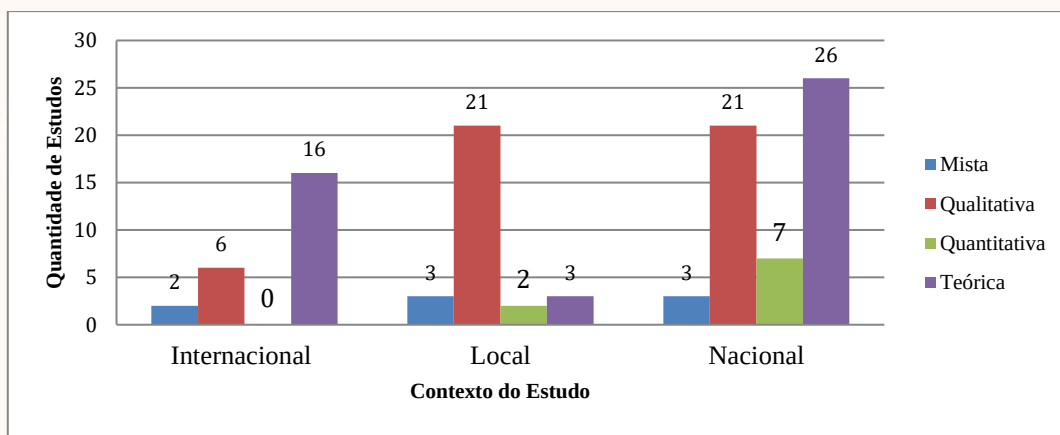


Fonte: Elaboração própria.

ARTIGO

Ao relacionar o tipo de pesquisa (qualitativa, quantitativa ou mista) com o contexto de abrangência (local, nacional ou internacional), percebem-se padrões interessantes (Gráfico 5). As investigações qualitativas concentram-se sobretudo nos contextos local e nacional, provavelmente em função de sua capacidade de explorar realidades específicas e detalhadas. Já os estudos quantitativos, em número menos elevado, ocorrem principalmente em análises nacionais, exigindo bases de dados amplas e comparáveis entre diferentes países. As pesquisas de abordagem mista apresentam distribuição mais equilibrada, indicando uma estratégia metodológica versátil para lidar simultaneamente com a profundidade contextual e a comparabilidade entre realidades distintas.

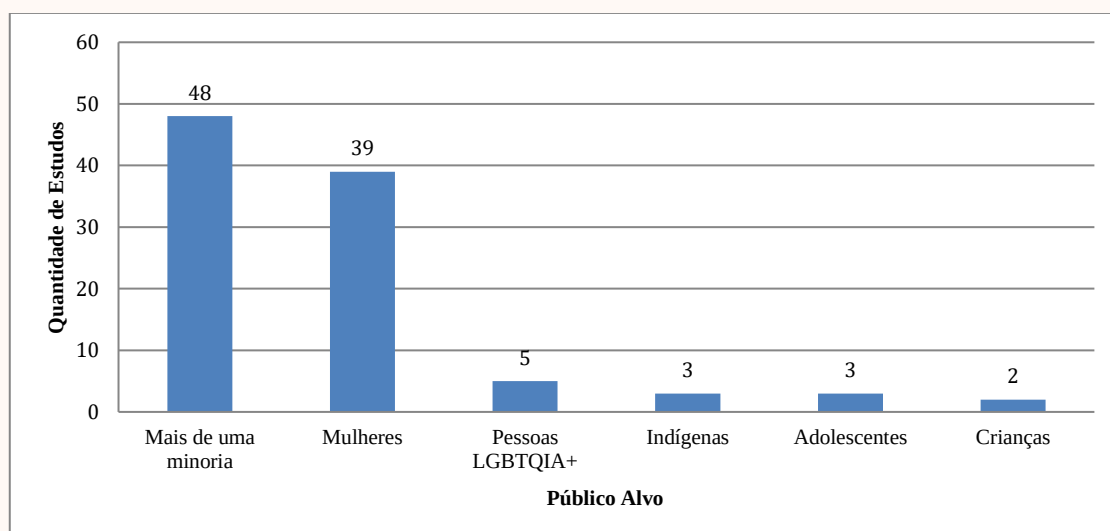
Gráfico 5: Correlação entre Tipo de Pesquisa e Contexto do Estudo



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 6 destaca os grupos sociais examinados, ressaltando a ênfase em mulheres e pessoas LGBTQIA+. Além disso, a inclusão de categorias que reúnem “mais de uma minoria” reforça a importância de um olhar interseccional, já que frequentemente as experiências de discriminação e exclusão não podem ser compreendidas considerando apenas um marcador isolado, apontando para a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, capazes de abarcar as diferentes combinações de identidade que moldam a vivência de desigualdades.

Gráfico 6: Principais Públicos Alvo dos Estudos



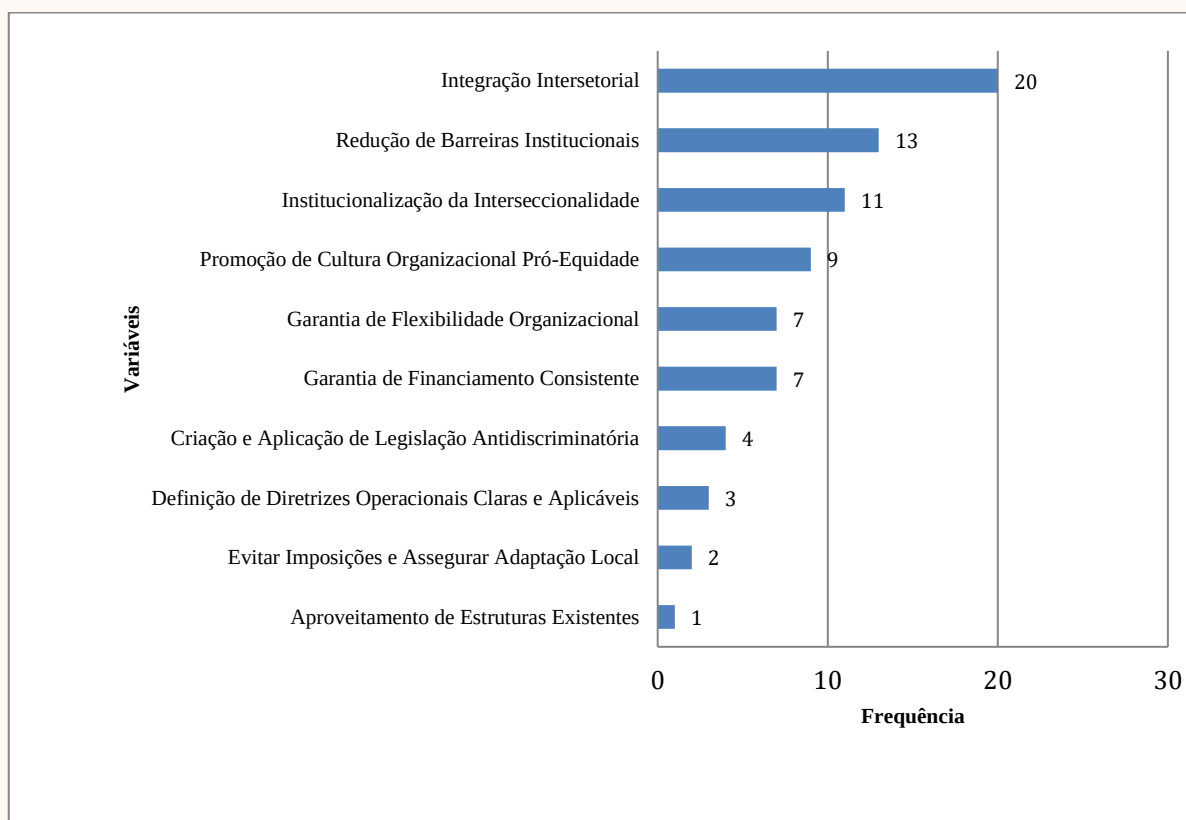
Fonte: Elaboração própria.

3.2 Sugestões para a implementação da interseccionalidade

A análise das variáveis referentes à estrutura institucional das políticas públicas (Gráfico 7) indica que a integração intersetorial é o aspecto mais recorrente entre os estudos examinados (García-Gualda, 2023; Ceballos-Higueta; Otálvaro-Castro, 2021; entre outros). Esse achado sugere o reconhecimento de que a articulação entre diferentes setores governamentais pode contribuir para abordagens eficazes na implementação de políticas interseccionais. Além disso, fatores como redução de barreiras institucionais (Corus et al., 2016; Cassese; Barnes, 2018; Ortiz-Piedrahita; Barón-Gómez, 2023; entre outros), institucionalização da interseccionalidade (Chadambuka ; Essue, 2024; Coll-Planas et al., 2024; La Barbera et al., 2023; entre outros) e promoção de uma cultura organizacional pró-equidade (García-Egea et al., 2024; Ikhile et al., 2024; Schultz et al., 2024; Ceccato et al., 2024, entre outros) também aparecem com frequência, destacando a relevância de um ambiente institucional comprometido com a justiça social.

Outros elementos importantes incluem a garantia de financiamento consistente (Pacheco; Dias, 2023; Nova-Laverde et al., 2022; Arvate et al., 2022) e a flexibilidade organizacional (Humphries et al., 2023; Malvezzi; Nascimento, 2020; Zugaza, 2024), ambos essenciais para o desenvolvimento de políticas sustentáveis e adaptáveis a diferentes contextos. A criação e aplicação de legislação antidiscriminatória (Chadambuka; Essue, 2024; Kantola, 2014; Tedds, 2023), bem como o estabelecimento de diretrizes operacionais claras (La Barbera et al., 2023; Medeiros, 2019), reforçam a necessidade de marcos normativos que viabilizem a aplicação prática da interseccionalidade no setor público. Por fim, a ênfase em evitar imposições (García-Egea et al., 2024; Sweet, 2015) e assegurar a adaptação local (Bates et al., 2024; Bekteshi et al., 2023; Hull et al., 2023; Nadimpalli et al., 2024) ressalta o valor de adaptar as políticas às especificidades de cada território, de modo a torná-las efetivas.

Gráfico 7: Frequência de Estudos - Estrutura Institucional



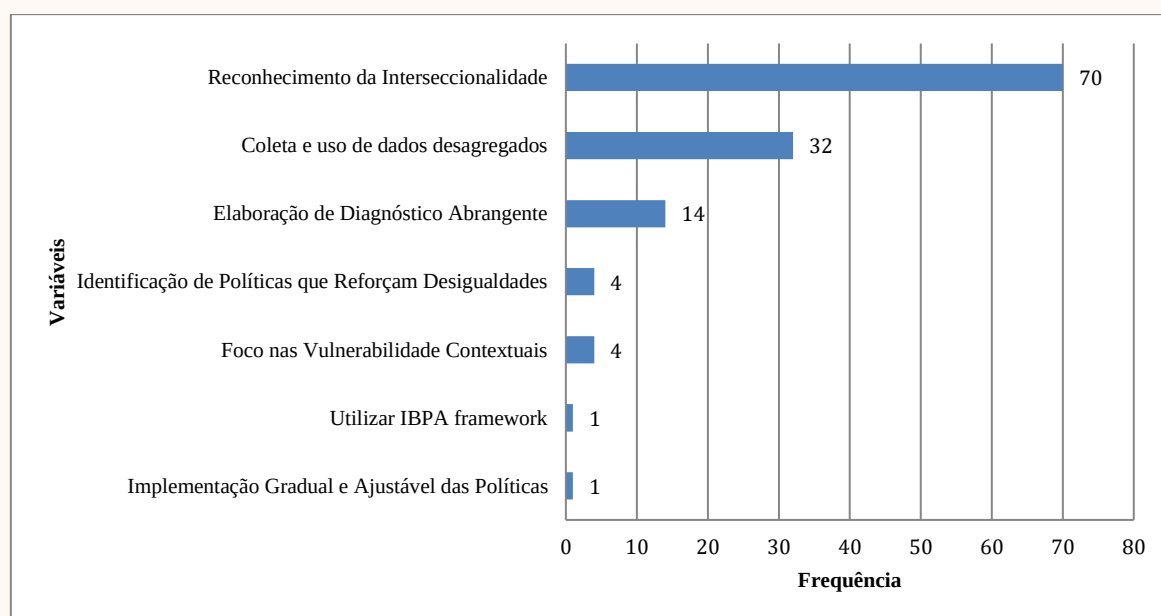
Fonte: Elaboração própria.

No âmbito do planejamento e da formulação de políticas públicas (Gráfico 8), os estudos analisados destacam o reconhecimento da interseccionalidade (Broughton et al., 2024; Caravantes; Lombardo, 2024; Coyne-Beasley et al., 2024; Heritz, 2024) como elemento-chave desde as fases iniciais das iniciativas governamentais. O fato de essa variável aparecer com alta frequência indica que considerar múltiplos marcadores sociais já no planejamento é fundamental para garantir ações inclusivas e eficazes.

Outro ponto de grande relevância é a coleta e uso de dados desagregados (Chadambuka; Essue, 2024; Coll-Planas et al., 2024; Ikhile et al., 2024; Schultz et al., 2024), fator significativamente mencionado pelas pesquisas. Tal ênfase demonstra a necessidade de evidências empíricas para embasar decisões e identificar desigualdades interseccionais de forma específica. Além disso, a elaboração de diagnósticos abrangentes (Christoffersen; Hankivsky, 2021; Hull et al., 2023; Jiménez-Rodrigo, 2022; Nadimpalli et al., 2024) figura como uma recomendação importante, sugerindo a importância de analisar detalhadamente as condições das populações em situação de vulnerabilidade.

Entre outras medidas propostas, identificar políticas que reforçam desigualdades (Aguião, 2017; Collins, 1993; Levac, 2013; Namian, 2019) aparece como um alerta para a revisão crítica de programas existentes, visando evitar impactos negativos. Já o foco em vulnerabilidades contextuais (Corá; Trindade, 2015; Cruz-Ayuso, 2020; Grant-Smith et al., 2017; Romero-Bachiller; Martinez, 2018) reflete a compreensão de que as políticas devem ser moldadas às particularidades de cada local, alinhando-se à recomendação de implementação gradual. Por fim, a menção ao IBPA framework (Intersectionality-Based Policy Analysis), descrito por Hankivsky et al. (2014), ressalta uma proposta metodológica internacionalmente reconhecida para integrar a abordagem interseccional ao ciclo de políticas públicas.

Gráfico 8: Frequência de Estudos - Planejamento e Formulação



Fonte: Elaboração própria.

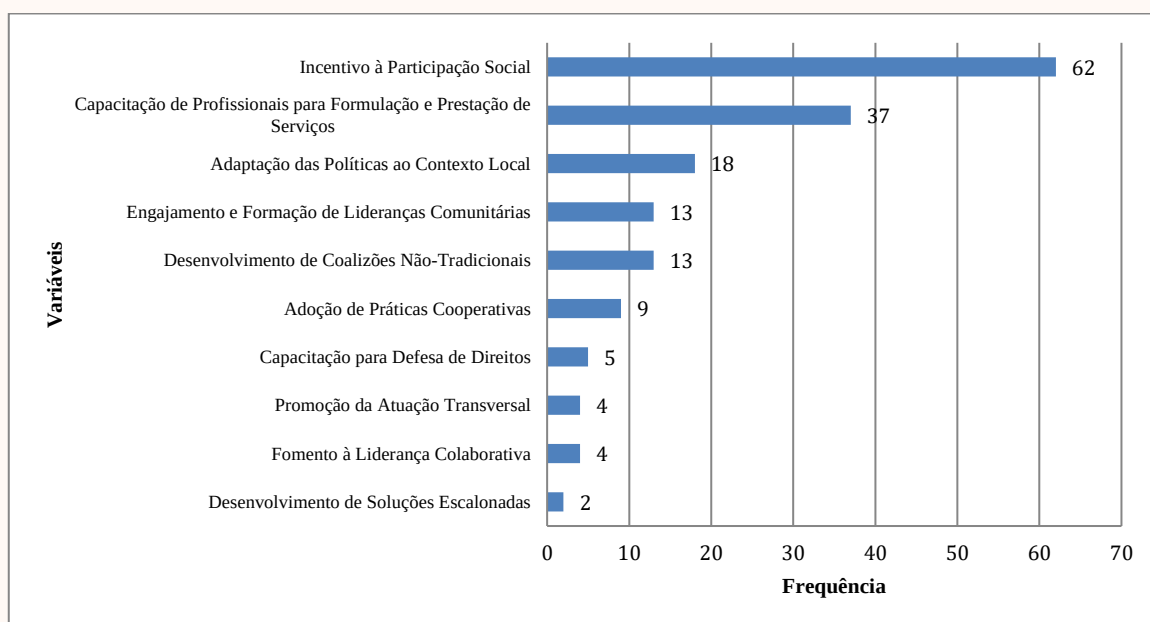
A efetivação de políticas interseccionais requer estratégias que assegurem tanto a eficácia das ações quanto o envolvimento de diferentes atores sociais. Como ilustra o Gráfico 9, o incentivo à participação social (Bates et al., 2024; Coyne-Beasley et al., 2024; Heritz, 2024; Ikhile et al., 2024, entre outros) lidera como a variável de maior recorrência, reforçando a necessidade de incluir grupos afetados na tomada de decisão. Esse procedimento visa tornar as políticas mais responsivas às realidades e demandas dos segmentos vulnerabilizados.

Outro fator amplamente salientado é a capacitação de profissionais (Bekteshi et al., 2023; Carvalho, 2023; Goodrum et al., 2023; Humphries et al., 2023), sinalizando a relevância da qualificação técnica e da sensibilização sobre interseccionalidade para a formulação e oferta de serviços. A adaptação das políticas ao contexto local (Bates

et al., 2024; Coll-Planas et al., 2024; García-Egea et al., 2024; Nadimpalli et al., 2024) também surge de forma recorrente, indicando a importância de ações flexíveis para lidar com as especificidades de cada região.

Os estudos igualmente sublinham a formação de lideranças comunitárias (Corrêa, et al. 2021; Critelli ; Yalim, 2019; Muriaas et al., 2019; Sartini, 2022), o desenvolvimento de coalizões não tradicionais (Malvezzi; Nascimento, 2020; Marcondes et al., 2022; Muriaas et al., 2019; Ortiz-Piedrahita; Barón-Gomes, 2023) e a adoção de práticas cooperativas (Bekteshi et al., 2023; Figueroa-Romero; Sierra-Camacho, 2020; Sweet, 2015), elementos que sugerem que parcerias interinstitucionais e mobilização social são essenciais para o êxito das políticas. Menções à atuação transversal (Aguião, 2017; Coll-Planas; Cruells, 2013; Farranha; Sena, 2021; La Barbera et al., 2023) e à liderança colaborativa (Coll-Planas, et al. 2024; García-Egea et al., 2024; La Barbera et al., 2023; Zugaza, 2024) evidenciam o caráter integrado da interseccionalidade, que exige atuação articulada entre diversos setores e agentes políticos. Por fim, a capacitação para defesa de direitos (Balderston, 2013; Grossi et al., 2018; Manzanero, 2021; Sartini, 2022) e o desenvolvimento de soluções escalonadas (Humphries et al., 2023; Zugaza, 2024) emergem como medidas que ampliam a equidade e maximizam o impacto social.

Gráfico 9: Frequência de Estudos - Implementação e Execução



Fonte: Elaboração própria.

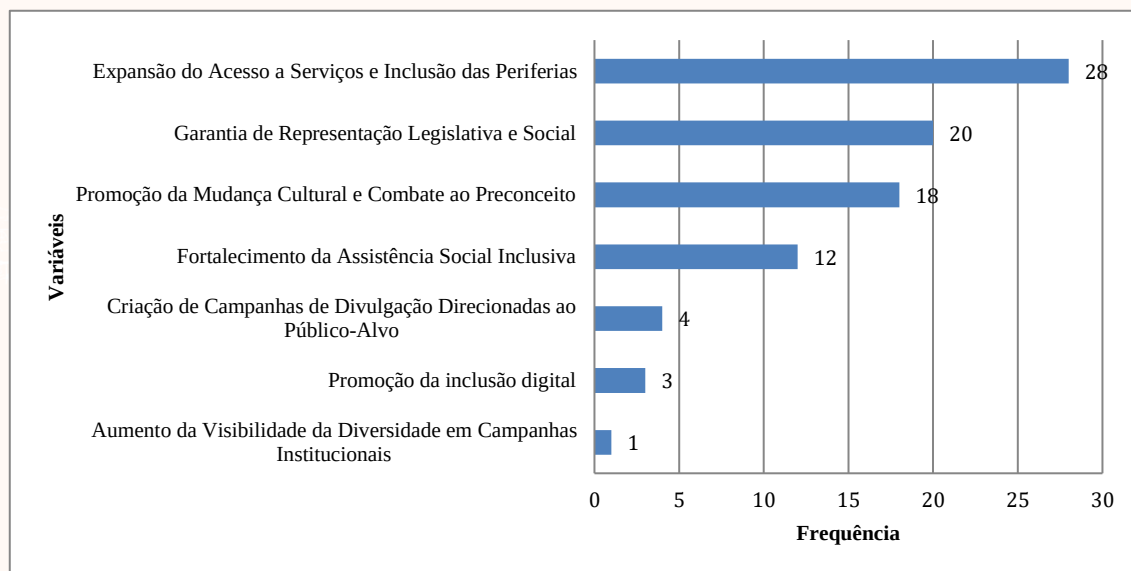
A garantia de acesso equitativo a serviços e oportunidades constitui um dos pilares das políticas interseccionais (Gráfico 10). A expansão do acesso a serviços e a inclusão das periferias (Broughton et al., 2024; Ikhile et al., 2024; Ratusniak; Silva, 2023; Schultz et al., 2024) aparecem como variáveis de maior destaque, reforçando a necessidade de descentralizar as ações estatais para alcançar populações historicamente marginalizadas.

Outro aspecto relevante é a garantia de representação legislativa e social (Arvate et al., 2022; Coyne-Beasley et al., 2024; Goodrum et al., 2023; Humphries et al., 2023), sublinhando que a presença de grupos minorizados em espaços de decisão é fundamental para políticas mais inclusivas. A promoção de mudança cultural e o combate ao preconceito (Andrade, 2023; Caravantes; Lombardo, 2024; Ratusniak; Silva, 2023; Sartini, 2022) também ganham evidência, salientando estratégias indispensáveis para enfrentar barreiras estruturais e mudar a percepção coletiva acerca das desigualdades interseccionais.

O fortalecimento da assistência social inclusiva (Andrade, 2023; Broughton et al., 2024; García-Gualda, 2023; Tedds, 2023) é igualmente reconhecido como prioridade, reforçando a necessidade de serviços adaptados às características de cada grupo em situação de vulnerabilidade. Nas estratégias de comunicação e mobilização, destacam-se campanhas de divulgação direcionadas (Butz; Gaynor, 2022; Cordeiro et al., 2022; Grossi et al., 2018; Muriaas et al., 2019), promoção da inclusão digital (Bekteshi et al., 2023; Schultz et al., 2024) e o aumento da

visibilidade da diversidade em campanhas institucionais (La Barbera et al., 2024), indicando que a eficácia da inclusão envolve tanto medidas estruturais quanto transformações na forma de representar e integrar a diversidade na sociedade.

Gráfico 10: Frequência de Estudos - Acesso e Inclusão



Fonte: Elaboração própria.

A análise dos estudos demonstra que o monitoramento e a avaliação de políticas interseccionais são componentes essenciais para garantir sua efetividade e adaptação contínua, com menções em 32 artigos. Há um aparente consenso de que mecanismos estruturados para mensurar impactos, identificar desafios e reajustar políticas públicas são indispensáveis. Contudo, os estudos também indicam lacunas no desenvolvimento de indicadores e instrumentos capazes de avaliar a interseccionalidade de forma efetiva e sistemática (Coyne-Beasley et al., 2024; Hull et al., 2023; Humphries et al., 2023; Jimenez-Rodrigo, 2022; La Barbera et al., 2023).

3.3 Desafios para a implementação da interseccionalidade

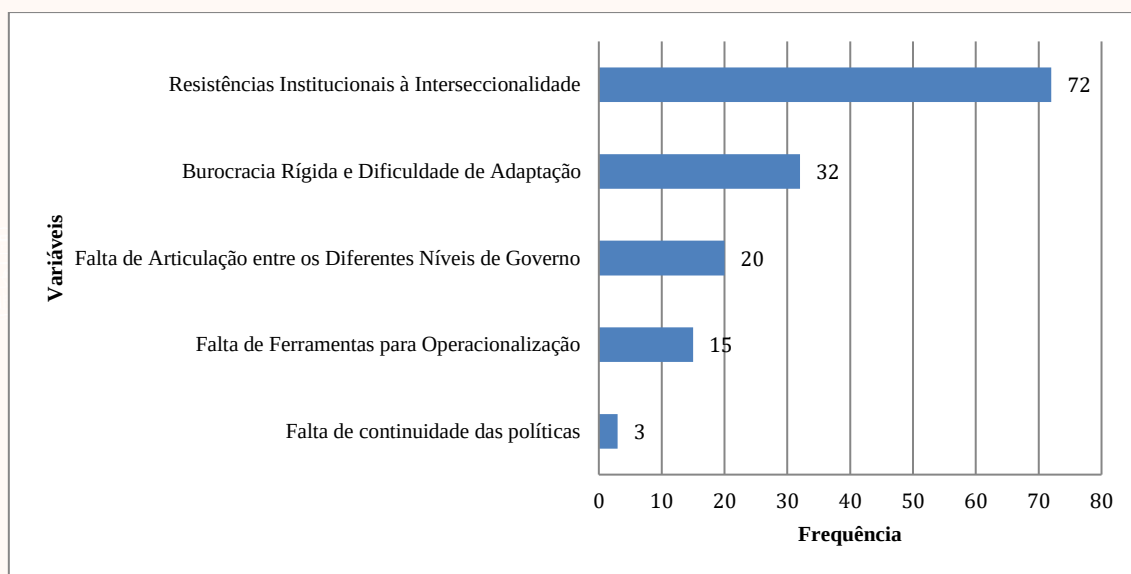
A implementação efetiva de políticas interseccionais ainda enfrenta barreiras de ordem estrutural e processual, como ilustrado no Gráfico 12. Resistência institucional à interseccionalidade (Butz; Gaynor, 2022; Christoffersen; Hankivsky, 2021; García-Egea et al., 2024; Esguerra-Muelle et al., 2014) lidera como o principal obstáculo apontado, sugerindo que as instituições públicas, em muitos casos, mantêm dinâmicas enraizadas que dificultam a adoção e a prática dessa perspectiva.

Outro componente crítico é a burocracia rígida (Bates et al., 2024; Broughton et al., 2024; Coll-Planas et al., 2024; Coyne-Beasley et al., 2024) que indica falta de flexibilidade nas estruturas governamentais, o que dificulta a agilidade necessária para responder às demandas interseccionais. A deficiência de articulação entre diferentes níveis de governo (Bekteshi et al., 2023; Levac et al., 2021; Marcondes et al., 2022; Pacheco; Dias, 2023.) surge igualmente como entrave, indicando que a implementação da interseccionalidade depende de uma cooperação mais intensa entre esferas locais, estaduais e nacionais.

A inexistência de ferramentas para operacionalizar a interseccionalidade (Coll-Planas et al., 2024; Bekteshi et al., 2023; Humphries et al., 2023; Jimenez-Rodrigo, 2022;) é outro desafio recorrente, apontando que, mesmo onde exista consciência da importância do tema, muitas instituições não dispõem de metodologias ou instrumentos adequados. Por fim, a falta de continuidade das políticas (Aguião, 2017; Nadimpalli et al., 2024; Venegas et al.,

2020) reforça a necessidade de ações de longo prazo para assegurar a institucionalização da interseccionalidade no setor público.

Gráfico 11: Frequência de Estudos - Estruturas e Processos



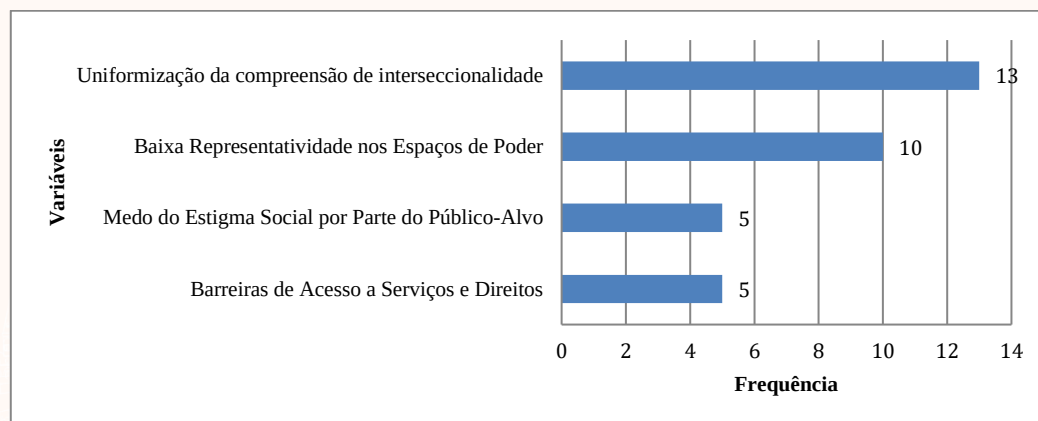
Fonte: Elaboração própria.

Aspectos relacionados à representatividade e inclusão (Gráfico 13) também se revelam essenciais ao discutir a implementação de políticas interseccionais. A baixa representatividade nos espaços de poder (Beasy; Gale, 2020; Chadambuka; Essue, 2024; Ikhile et al., 2024; Gonza et al., 2022) é um dos principais aspectos identificados, demonstrando que grande parte da formulação de políticas segue ocorrendo sem a participação efetiva dos grupos mais afetados pelas desigualdades interseccionais. Essa exclusão pode comprometer a adequação e a legitimidade das iniciativas.

A uniformização inadequada da interseccionalidade (Coll-Planas et al., 2024; Humphries et al., 2023; La Barbera et al., 2023; Levac et al., 2021) também se mostra problemática, pois muitas vezes o conceito é aplicado de forma simplificada, deixando de contemplar a pluralidade de marcadores e contextos sociais. A existência de barreiras de acesso a serviços e direitos (Arvate et al., 2024; Goodrum et al., 2023; 2022; Nadimpalli et al., Olkin et al., 2019), acrescida do temor de estigmatização por parte das populações vulnerabilizadas (Bates et al., 2024; Butz; Gaynor, 2022; Chadambuka; Essue, 2024; Cordeiro et al., 2022), realça a complexidade de efetivar políticas que atendam às necessidades desses grupos.

Em síntese, os resultados sinalizam que a eficácia e a inclusão nas políticas interseccionais dependem não apenas de garantir direitos básicos, mas de inserir ativamente as populações mais impactadas nos processos de decisão, para que suas perspectivas sejam contempladas na elaboração e execução das soluções identificadas.

Gráfico 12: Frequência de Estudos - Representatividade e Inclusão



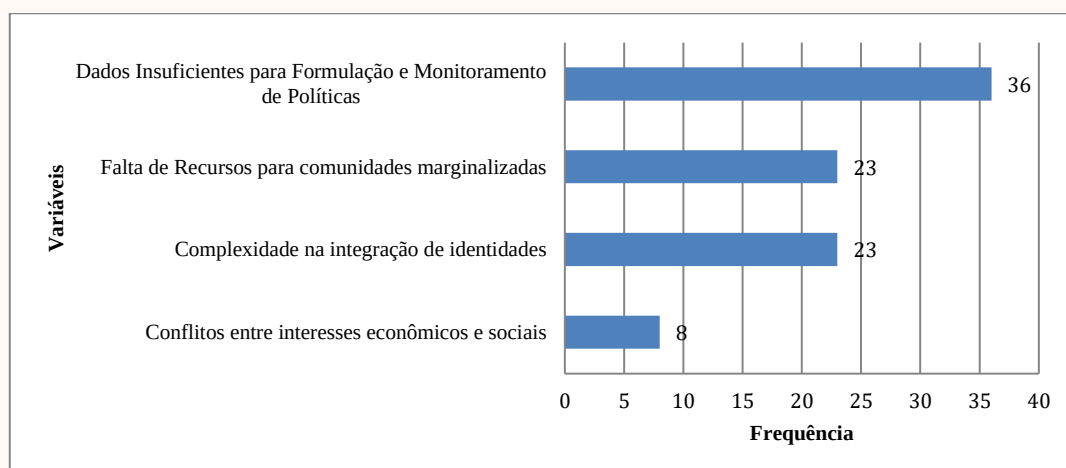
Fonte: Elaboração própria.

Por fim, a implementação de políticas interseccionais também enfrenta desafios relacionados ao planejamento e à disponibilidade de recursos (Gráfico 14). A falta de dados para subsidiar a formulação e o monitoramento de políticas aparece como o principal obstáculo (Caravantes; Lombardo, 2024; Carvalho, 2023; Ceccato et al., 2024; Heritz, 2024; La Barbera et al., 2023), sugerindo a urgência de aprimorar a coleta de dados desagregados para uma análise mais precisa das desigualdades interseccionais.

A insuficiência de recursos para comunidades marginalizadas emerge como fator crítico (Bates et al., 2024; Coyne-Beasley et al., 2024; Heritz, 2024; Zugaza, 2024), indicando que a ausência de financiamento adequado inviabiliza ações robustas para grupos historicamente excluídos. Soma-se a isso a complexidade na integração de diferentes identidades (Bates et al., 2024; Caravantes; Lombardo, 2024; Hull et al., 2023; Ikhile et al., 2024;), reforçando que a formulação de políticas dificilmente considerará as múltiplas interseções sociais se não houver esforço estruturado. Já o conflito entre interesses econômicos e sociais (Carvalho, 2023; Nadimpalli et al., 2024; Pacheco; Dias, 2023; Tedds, 2023) ressalta a dificuldade de equilibrar agendas de crescimento econômico com a promoção da justiça social.

Diante desses entraves, os estudos apontam para a importância de fortalecer mecanismos que garantam tanto a coleta de dados confiáveis quanto o aporte adequado de recursos. Somente dessa forma será possível formular e executar políticas que realmente integrem a abordagem interseccional, atendendo às demandas plurais das populações em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 13: Frequência de Estudos - Planejamento e Recursos



Fonte: Elaboração própria.

3.4 A Interseccionalidade nas Políticas Públicas Brasileiras

O período entre 2003 e 2015 no Brasil foi marcado por um intenso investimento na "participação social como método de governo" e na promoção da igualdade de gênero e raça (Aguião, 2017). Contudo, a análise dos estudos relacionados ao contexto brasileiro revela que, apesar desse impulso e do crescente interesse na aplicação da interseccionalidade em políticas públicas no país, ainda persistem desafios para sua concretização prática (Marcondes et al., 2022).

Esses desafios incluem o sucateamento de recursos e a precarização das políticas sociais, especialmente acentuados após 2015 e durante a pandemia de COVID-19 (Pacheco; Dias, 2023). Além disso, destaca-se a persistência do racismo e sexismo institucionais, manifestados por meio de práticas que perpetuam desigualdades em áreas como educação e mercado de trabalho (Aguião, 2017; Corrêa et al., 2021; Grossi; Oliveira, 2018; Ratusniak; Silva, 2023; Silveira; Nardi, 2015).

A dificuldade de superação de abordagens universalistas nas políticas públicas constitui outra barreira relevante, pois frequentemente invisibiliza as especificidades de grupos marginalizados (Farranha; Sena, 2021; Marcondes et al., 2022; Santos, 2015; Silveira; Nardi, 2015). A tensão entre o "Estado-ideia" (o Estado que se projeta como defensor dos direitos humanos) e o "Estado-sistema" (marcado por falhas estruturais na implementação de políticas) compromete a efetividade das ações governamentais (Aguião, 2017).

A aplicação da interseccionalidade no campo das políticas públicas brasileiras ainda está em desenvolvimento, exigindo mediações conceituais e criatividade metodológica para traduzir a complexidade social em respostas governamentais eficazes (Medeiros, 2019). A maioria dos estudos identificados (13) considera a população de mulheres em situação de vulnerabilidade, destacando como as múltiplas opressões se entrecruzam na vida desses sujeitos (Grossi; Oliveira, 2018; Farranha; Sena, 2021; Marcondes et al., 2022; Medeiros, 2019).

Esses estudos demonstram que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica fundamental para compreender a complexidade das desigualdades sociais e orientar a formulação de políticas públicas mais justas e responsivas. Aponta-se a necessidade de superar a fragmentação setorial e a tendência a tratar os problemas sociais como questões individuais (Corrêa et al., 2021; Malvezzi; Nascimento, 2021; Marcondes et al., 2022).

A seguir, apresenta-se um quadro com a síntese dos estudos analisados, organizados por eixo temático, autores e principais contribuições analíticas.

Quadro 3 – Síntese dos artigos no contexto brasileiro

Eixo Temático	Autores (Ano)	Síntese do trabalho
Violência de Gênero	Arvate <i>et al.</i> (2022)	Identifica as Delegacias da Mulher como estruturas eficazes na redução de feminicídios. A abordagem do estudo é explicitamente interseccional, explorando os resultados e efeitos heterogêneos, com análise separada entre mulheres brancas, negras e pardas.
Violência de Gênero	Santos (2015)	Examina as redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo, identificando diversas abordagens entre os agentes do Estado e os desafios de comunicação e alinhamento.
Violência de Gênero	Corrêa <i>et al.</i> (2021)	Discute as vivências interseccionais da violência em territórios vulneráveis e periféricos, mostrando como a violência estrutural é agravada pela ineficiência das políticas públicas.
Violência de Gênero	Bunchaft <i>et al.</i> (2020)	Identifica elevado percentual de assassinatos com requintes de crueldade contra mulheres quilombolas. Propõe a contrapublicidade subalterna como via de empoderamento e controle das políticas públicas.
Violência de Gênero	Silveira; Nardi (2015)	Analisa a interseccionalidade nos discursos jurídicos sobre o acesso à justiça no contexto da Lei Maria da Penha, destacando a invisibilidade das desigualdades raciais nas decisões judiciais.
Saúde	Carvalho (2023)	Analisa o desenho da Rede Cegonha e a resposta à epidemia do vírus Zika, utilizando a interseccionalidade dos determinantes sociais de saúde e a mobilização da sociedade civil.
Saúde	Corá; Trindade (2015)	Aborda a intersetorialidade no contexto da Escola de Tempo Integral, enfatizando a necessidade de arranjos colaborativos para o enfrentamento das vulnerabilidades infantojuvenis.
Assistência Social	Pacheco; Dias (2023)	Reforça a identificação do sucateamento e precarização dos serviços e equipamentos sociais voltados para mulheres, especialmente após 2015 e durante a pandemia.
Educação e Juventude Negra	Ratusniak; Silva (2023)	Aprofunda a evasão escolar de alunas-mães, evidenciando como práticas escolares e judiciais contribuem para o afastamento escolar por meio de uma lógica racista e sexista institucional.
Educação e Juventude Negra	Grossi; Oliveira (2018)	Investiga as opressões interseccionais vivenciadas por mulheres quilombolas e seu protagonismo na resistência e organização para acessar direitos.

Eixo Temático	Autores (Ano)	Síntese do trabalho
Educação e Juventude Negra	Aguião (2017)	Aborda a promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil, destacando o Plano Juventude Viva como exemplo de ação interseccional e transversal.
Temática Ampla	Marcondes <i>et al.</i> (2022)	Destaca a interseccionalidade como eixo articulador central para compreender desigualdades multifacetadas e propor ações públicas integradas e inovadoras.
Temática Ampla	Malvezzi; Nascimento (2021)	Explora a Teoria Ator-Rede como ferramenta para análise da intersectorialidade nas políticas públicas.
Temática Ampla	Medeiros (2019)	Examina os desafios teórico-metodológicos para aplicar a interseccionalidade na análise de políticas públicas e sua utilidade para tornar intervenções mais eficazes.
Temática Ampla	Farranha; Sena (2021)	Explora a interseccionalidade como ferramenta metodológica para análise da complexidade social nas políticas públicas e no direito.

Fonte: Elaboração própria.

4. Discussão

Os achados desta revisão reforçam a relevância de considerar a interseccionalidade tanto como um conceito teórico quanto como uma abordagem analítica para compreender e enfrentar desigualdades estruturais no âmbito das políticas públicas. Embora tenha surgido inicialmente como forma de evidenciar como distintos marcadores sociais se sobrepõem e geram opressões múltiplas (Crenshaw, 1989; Collins, 1993), muitos estudos adotam a interseccionalidade de modo operacional, guiando a coleta e a interpretação de dados.

O aumento consistente de publicações sobre interseccionalidade nos últimos cinco anos sugere uma ampliação do debate científico e institucional em torno de equidade e justiça social. No entanto, a predominância de pesquisas em países do hemisfério norte (Gráfico 2) indica que a consolidação da interseccionalidade como ferramenta para a formulação de políticas ocorre de forma desigual entre contextos sociopolíticos distintos, o que converge com as observações de Garcia e Zajicek (2022).

O destaque para abordagens qualitativas, embora estudos mistos venham crescendo (Gráfico 3), reforça o argumento de que ainda há desafios metodológicos — em especial, a dificuldade de operacionalizar variáveis estatísticas que captem a complexidade das identidades sociais (Garcia; Zajicek, 2022). Nessa perspectiva, Manuel (2006) salienta a necessidade de abordagens dinâmicas para avaliar impactos e resultados de políticas públicas, tendo em vista a interação entre diversos marcadores de exclusão social.

A predominância de análises em nível nacional (Gráfico 4) indica que a interseccionalidade tende a ser aplicada em marcos regulatórios específicos de cada país, corroborando Hankivsky e Cormier (2011), segundo as quais a adoção de abordagens interseccionais em nível internacional enfrenta barreiras adicionais de complexidade comparativa. Estudos como o de La Barbera et al. (2023) destacam ainda o papel essencial que técnicos e gestores exercem ao definir, assimilar ou interpretar esse conceito, fator que pode facilitar ou inibir sua institucionalização.

No caso brasileiro, os estudos analisados indicam que, embora tenha havido um impulso institucional entre 2003 e 2015 para incorporar pautas de gênero e raça nas políticas públicas (Aguião, 2017), a interseccionalidade ainda enfrenta entraves para sua efetiva implementação. Entre os obstáculos destacados estão a escassez de dados desagregados, a dificuldade de articulação intersectorial, a descontinuidade das políticas após 2015 e a resistência institucional à adoção de abordagens mais integradas (Grossi; Oliveira, 2018; Corrêa et al., 2021; Marcondes et al., 2022; Pacheco; Dias, 2023).

Apesar disso, os estudos brasileiros também identificam a relevância de aplicação da interseccionalidade, especialmente em temas como violência de gênero (Arvate et al., 2022; Bunchaft et al., 2020; Santos, 2015), educação e juventude negra (Ratusniak; Silva, 2023; Grossi; Oliveira, 2018), e saúde pública (Carvalho, 2023). Essas iniciativas reforçam o papel da interseccionalidade como chave interpretativa para desenhar políticas mais eficazes e equitativas.

No que tange aos grupos sociais contemplados, notou-se uma ênfase em mulheres e pessoas LGBTQIA+ (Gráfico 6). Tal dado confirma a crítica de La Barbera et al. (2023) de que, em muitos casos, a interseccionalidade aparece restrita ao campo de gênero, desconsiderando outros marcadores de discriminação estrutural. Como ressalta Manuel (2006), a adoção plena da interseccionalidade pressupõe considerar múltiplos eixos identitários, indo além de gênero, raça e classe, e incorporando fatores como status migratório, deficiência e ocupação.

Apesar do avanço no reconhecimento acadêmico e institucional da interseccionalidade, esta revisão aponta obstáculos à sua implementação prática. Embora haja sinais de adoção crescente no planejamento e na formulação

de políticas públicas (Gráfico 8), as barreiras estruturais permanecem. A visão de Manuel (2006) de que a política pública é, por natureza, reducionista e incremental — frequentemente optando por soluções de caráter economicamente ou politicamente viável — encontra reforço nos resultados apresentados, os quais evidenciam simplificações que podem negligenciar a complexidade das experiências sociais. Isso é mencionado por La Barbera et al. (2023), cujos achados indicam resistência institucional por parte de técnicos com menor capacitação.

A insuficiência de dados desagregados (Gráfico 11) surge como um dos principais entraves à consolidação da interseccionalidade como base de políticas públicas. Esse achado confirma as ressalvas de Garcia; Zajicek (2022) e Hankivsky; Cormier (2011), sugerindo que a ausência de informações empíricas robustas dificulta a elaboração de diagnósticos precisos e a mensuração sistemática de resultados. A resistência institucional (Gráfico 12), por sua vez, reflete a pouca familiaridade ou a aderência limitada ao conceito de interseccionalidade, corroborando a observação de Manuel (2006) de que há uma noção restrita sobre quais grupos devem ser efetivamente contemplados pelas políticas.

Outro ponto relevante aponta para a necessidade de estratégias intersetoriais e mecanismos institucionais integrados (Gráfico 7), confirmando a tese de Hankivsky e Cormier (2011) de que o êxito da interseccionalidade depende de ações coordenadas entre diversos setores governamentais. Manuel (2006) também enfatiza a importância de pesquisas futuras que combinem métodos quantitativos e qualitativos, ampliando a capacidade de previsão de impactos em diferentes grupos sociais — o que se alinha aos indícios desta revisão sobre a existência dos estudos mistos, ainda que as pesquisas qualitativas sejam predominantes (Gráfico 3).

A ênfase na capacitação contínua de agentes públicos e na participação social dos grupos afetados (Gráfico 9) converge com as recomendações de Garcia; Zajicek (2022), Hankivsky; Cormier (2011) e Manuel (2006), que ressaltam a necessidade de compreensão detalhada das barreiras enfrentadas por populações vulnerabilizadas e do envolvimento ativo dessas comunidades nos processos decisórios. Finalmente, a baixa representatividade de grupos marginalizados em espaços de poder (Gráfico 13) reforça a análise de Manuel (2006) de que uma política verdadeiramente interseccional envolve não apenas equidade no acesso a serviços, mas também maior equilíbrio na distribuição do poder de decisão.

Em síntese, os achados desta revisão indicam um aumento do interesse acadêmico e institucional pela interseccionalidade, mas também sugerem desafios metodológicos e estruturais que dificultam sua implementação consistente. Assim, mudanças se mostram necessárias na forma como se planeja, executa e avalia políticas públicas, a fim de que a perspectiva interseccional supere a retórica e promova, de fato, transformações sociais inclusivas.

5. Considerações finais

Os resultados desta revisão de escopo sugerem a expansão do interesse pela interseccionalidade no debate acadêmico e nas agendas de políticas públicas, ao mesmo tempo em que destacam a complexidade e as barreiras estruturais para sua implementação efetiva. O crescimento do número de publicações e a adoção da interseccionalidade como ferramenta analítica em diferentes contextos reforçam o potencial de abordagens mais inclusivas para enfrentar desigualdades sociais.

Contudo, a análise mostra que a aplicação prática da interseccionalidade ainda enfrenta entraves metodológicos e institucionais. Obstáculos como a falta de dados desagregados, a resistência de estruturas governamentais pouco flexíveis e a baixa representatividade de grupos historicamente marginalizados apontam para a necessidade de ajustes na forma de planejar, executar e avaliar políticas públicas. Estratégias como o fortalecimento de ações intersetoriais, a capacitação contínua de agentes públicos e a participação efetiva das populações impactadas surgem como caminhos para ampliar o alcance e a eficácia das políticas interseccionais.

Ainda que os estudos qualitativos predominem, a adoção de métodos mistos vem ganhando espaço e pode oferecer subsídios empíricos para embasar decisões no âmbito estatal. Em paralelo, a literatura indica a relevância de compreender a interseccionalidade não apenas como um conceito teórico, mas também como uma lente que orienta a construção, o monitoramento e a avaliação das políticas - o que requer marcos regulatórios e organizacionais adequados.

No Brasil, os estudos identificados sinalizam tanto avanços quanto desafios. Há experiências relevantes em áreas como saúde, educação e enfrentamento à violência de gênero, mas persistem limitações estruturais, como a fragmentação setorial, a descontinuidade das políticas e a ausência de abordagens articuladas. Esses achados reforçam a importância de institucionalizar mecanismos que traduzam a interseccionalidade em práticas administrativas consistentes.

Algumas lacunas emergem como oportunidades de investigação. Primeiramente, há necessidade de pesquisas empíricas que explorem a operacionalização quantitativa da interseccionalidade, a fim de fornecer indicadores estatísticos precisos que auxiliem na tomada de decisão governamental. Em segundo lugar, estudos comparativos entre regiões com realidades sociopolíticas diversas podem ampliar a compreensão de como políticas interseccionais são (ou não) efetivamente adotadas, sinalizando variações culturais, institucionais e legais. Ademais, abordagens voltadas ao aprimoramento de ferramentas metodológicas - como manuais, protocolos e frameworks específicos - podem apoiar a capacitação de técnicos e gestores, especialmente em contextos em que a resistência institucional é marcada por desconhecimento ou falta de formação adequada. Por fim, investigações sobre o impacto de políticas já consideradas “interseccionais” e sua efetividade ao longo do tempo podem demonstrar, de maneira prática, como as mudanças propostas reverberam na redução de desigualdades.

Apesar das limitações deste estudo, as evidências reunidas indicam que, para além do discurso, a implementação de políticas efetivamente interseccionais demanda aperfeiçoamentos contínuos nas práticas de coleta de dados, maior integração entre diferentes setores de governo, engajamento participativo das comunidades-alvo e ações formativas que sensibilizem, capacitem técnicos, gestores e sociedade. Nesse panorama, a interseccionalidade consolida-se como abordagem promissora para elucidar a sobreposição de desigualdades múltiplas e, sobretudo, para inspirar respostas políticas mais equitativas, eficazes e ajustadas às diversas realidades vivenciadas pela população

Referências

- Aguião, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003–2015). *Cadernos Pagu*, n. 51, e175107, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510007>
- Andrade, C. B. Trabalhadoras migrantes latino-americanas e violências: rumo a uma visão interseccional? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 11, p. 3281–3287, 2023. <https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.16622022>
- Arvate, P.; Cabral, S.; McGahan, A. M.; Reis, P. R. Structural advocacy organizations and intersectional outcomes: effects of women’s police stations on female homicides. *Public Administration Review*, v. 82, n. 3, p. 503–521, 2022. <https://doi.org/10.1111/puar.13478>
- Bates, S.; Kayess, R.; Katz, I. What can we learn from disability policy to advance our understanding of how to operationalise intersectionality in Australian policy frameworks? *Australian Journal of Public Administration*, 2024. <https://doi.org/10.1111/1467-8500.12648>
- Beasy, K.; Gale, F. Disrupting the status-quo of organisational board composition to improve sustainability outcomes: reviewing the evidence. *Sustainability*, v. 12, n. 4, p. 1505, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12041505>
- Bekteshi, V.; Miller, C.; Bellamy, J.; Jani, N. Increased domestic violence during the COVID-19 pandemic: India’s response. *Development Policy Review*, 2023. <https://doi.org/10.1111/dpr.12749>
- Broughton, S.; Ford-Gilboe, M.; Varcoe, C. Understanding what shapes the priorities of women who are mothering in the context of intimate partner violence: a qualitative study. *Journal of Clinical Nursing*, v. 33, p. 1520–1532, 2024. <https://doi.org/10.1111/jocn.16976>
- Bunchaft, M. E.; Silva, L. R. M.; Mendonça, G. P. Da S. Violência contra mulheres quilombolas: uma reflexão sobre a aplicação de uma perspectiva interseccional à luz da ideia de contrapúblicos subalternos delineada por Fraser. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1–22, 2020. <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rbpp/article/view/6766>



ARTIGO

- Butz, A. M.; Gaynor, T. S. Intersectionality and social welfare: avoidance and unequal treatment among transgender women of color. *Public Administration Review*, v. 82, n. 3, p. 433–445, 2022. <https://doi.org/10.1111/puar.13468>
- Caravantes, P.; Lombardo, e. Feminist democratic innovations in policy and politics. *Policy & politics*, v. 52, n. 2, p. 177–199, 2024. <https://doi.org/10.1332/03055736y2023d000000009>
- Carvalho, L. P. Transnacionalismo, interseccionalidade e ativismo na política de saúde para mulheres. *Revista estudos feministas*, v. 31, n. 2, e92875, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n292876>
- Cassese, E. C.; Barnes, T. D. Intersectional motherhood: investigating public support for child care subsidies. *Politics, groups, and identities*, 2018. <https://doi.org/10.1080/21565503.2018.1441035>
- Ceccato, V.; Sundling, C.; Gliori, G. Transit safety of women in rural-urban contexts. *Feminist criminology*, v. 19, n. 4, p. 372–394, 2024. <https://doi.org/10.1177/15570851241254358>
- Chadambuka, C.; Essue, B. A policy review on the visibility of migrant women exposed to, and at risk of gender-based violence: considerations for inclusive and equitable policies and programs in canada. *Plos global public health*, v. 4, n. 2, e0002919, 2024 <https://doi.org/10.1371/journal.pgph.0002919>
- Christoffersen, A.; Hankivsky, O. Responding to inequities in public policy: is gba+ the right way to operationalize intersectionality? *Canadian public administration / administration publique du canada*, v. 64, n. 3, p. 524–531, 2021. <https://doi.org/10.1111/capa.12429>
- Collins, P. H. Toward a new vision: race, class, and gender as categories of analysis and connection. *Race, sex & class*, v. 1, n. 1, p. 25–45, 1993. <http://www.jstor.org/stable/41680038>
- Coll-Planas, G.; Del Amo, T.; Solà-Morales, r. From “it’s not possible” to “how we can do it”: challenges, opportunities and proposals to adopt intersectionality in local administration. *Public policy and administration*, v. 39, n. 1, p. 69–86, 2024. <https://doi.org/10.1177/09520767231185447>
- Corá, É. J.; Trindade, L. L. Intersetorialidade e vulnerabilidade no contexto da educação integral. *Educação em revista*, v. 31, n. 4, p. 81–94, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-4698151362>
- Corrêa, M. D.; Moura, L. D.; Almeida, L. P. D.; Zirbel, I. Intersectional experiences of violence in a vulnerable and peripheral territory. *Saúde e sociedade*, v. 30, e210001, 2021. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021210001>
- Corus, C.; Saatcioglu, B.; Kaufman-Scarborough, C.; Blocker, C. P.; upadhyaya, s.; appau, s. Transforming poverty-related policy with intersectionality. *Journal of public policy & marketing*, v. 35, n. 2, p. 211–222, 2016. <https://doi.org/10.1509/jppm.15.141>
- Coyne-Beasley, T.; Miller, E.; Svetaz, M. V. Racism, identity-based discrimination, and intersectionality in adolescence. *Academic pediatrics*, v. 24, n. 7s, p. S152–s160, set./out. 2024. <https://doi.org/10.1016/j.acap.2024.02.009>
- Crenshaw, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Stanford law review*, v. 43, p. 1241–1299, jul. 1991. Republicado em: fineman, m. A.; mykitiuk, r. (org.). *The public nature of private violence*. New York: Routledge, 1994. P. 93–118. <https://www.jstor.org/stable/1229039>

ARTIGO

- Crenshaw, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, issue 1, article 8, 1989. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Cruz-ayuso, C. Repensar la política de lucha contra la pobreza y la exclusión desde el prisma de la interseccionalidad. Cuadernos Salmantinos de Filosofía, v. 47, p. 327–349, 2020. <https://doi.org/10.36576/SUMMA.132193>
- Farranha, A. C.; Sena, L. Interseccionalidade e políticas públicas: avaliação e abordagens no campo do estudo do direito e da análise de políticas públicas. Revista Avaliação de Políticas Públicas – Aval, v. 5, n. 19, p. 44, 2021. <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/71623>
- García-gualda, S. Políticas públicas para la justicia de géneros e igualdad en argentina. Política, globalidad y ciudadanía, v. 9, n. 17, p. 182–203, 2023. <https://doi.org/10.29105/pgc9.17-08>
- Garcia, T. C.; Zajicek, A. Incorporating intersectionality in public policy: a systematic literature review. Humanity & society, 2022. <https://doi.org/10.1177/0160597620988591>
- García-Egea, A. Et al. Perspectives on menstrual policymaking and community-based actions in catalonia (spain): a qualitative study. Reproductive health, v. 21, n. 1, 2024. <https://doi.org/10.1186/s12978-023-01730-9>
- Goodrum, N. M. Et al. Achieving equity in child and adolescent mental health by addressing racism through prevention science. Adversity and resilience science, v. 5, p. 1–10, 2023. <https://doi.org/10.1007/s42844-023-00104-1>
- Grossi, P. K.; Oliveira, S. B. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. In: Encontro nacional de pesquisa em serviço social, 16., 2018, Brasília. Anais [...]. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2018. https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14865/2/mulheres_quilombolas_violencia_e_as_interseccionalidades_de_genero_etnia_classe_social_e_geracao.pdf
- Halman, A.; Oshlack, A. Catchii: empowering literature review screening in healthcare. Research Synthesis Methods, v. 15, n. 1, p. 157–165, jan. 2024. <https://doi.org/10.1002/jrsm.1675>
- Hankivsky, O.; Cormier, R. Intersectionality and public policy: some lessons from existing models. Political Research Quarterly, v. 64, n. 1, p. 217–229, 2011. <https://doi.org/10.1177/1065912910376385>
- Hankivsky, O., Grace, D., Hunting, G., Giesbrecht, M., Fridkin, A., Rudrum, S., Ferlatte, O., Clark, N. An intersectionality-based policy analysis framework: critical reflections on a methodology for advancing equity. International Journal for Equity in Health, v. 13, p. 119, 2014. <https://doi.org/10.1186/s12939-014-0119-x>
- Heritz, J. Unhoused women in Niagara: lived expertise of homelessness in community-engaged research. Canadian public administration, v. 67, p. 72–88, 2024. <https://doi.org/10.1111/capa.12552>
- Hull, S. J., Massie, J. S., Holt, S. L.; Bowleg, I. (2023). Intersectionality policymaking toolkit: key principles for an intersectionality-informed policymaking process to serve diverse women, children, and families. Health Promotion Practice, v. 24, n. 4, p. 623–635, 2023. <https://doi.org/10.1177/15248399231160447>
- Humphries, D. L.; Sodipo, M.; Jackson, S. D. The intersectionality-based policy analysis framework: demonstrating utility through application to the pre-vaccine u.s. covid-19 policy response. Frontiers in public health, v. 11, 1040851, 2023. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.1040851>



ARTIGO

- Ikhile, I. A.; Mavhandu-Mudzusi, A. H.; Sinegugu, N. Addressing unique challenges and crafting inclusive policies for queer living with disabilities. *African journal of disability*, v. 13, article a1418, 2024. <https://doi.org/10.4102/ajod.v13i0.1418>
- La Barbera, M.; Cassain, L.; Caravantes, P. The discursive construction of intersectionality in public policy implementation. *Critical discourse studies*, p. 1–18, 2023 <https://doi.org/10.1080/17405904.2023.2228937>
- Levac, L. ‘is this for real?’ participatory research, intersectionality, and the development of leader and collective efficacy with young mothers. *Action research*, v. 11, n. 4, p. 423–441, 2013. <https://doi.org/10.1177/1476750313508327>
- Manuel, T. Envisioning the possibilities for a good life: exploring the public policy implications of intersectionality theory. *Journal of women, politics & policy*, v. 28, n. 3-4, p. 173–203, 2006. https://doi.org/10.1300/j501v28n03_08
- Malvezzi, C. D.; Nascimento, J. L. A teoria ator-rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. *Interface*, v. 24, e190341, 2020. <https://doi.org/10.1590/interface.190341>
- Manzanero, J. R. L. Youth in latin america and the caribbean in perspective: overview of the situation, challenges and promising interventions. *Ciência & saúde coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2565–2573, jul. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07272021>
- Marcondes, M. M.; Araujo, M. A. D.; Lima, A. R. C.; Nascimento, C. C. Desigualdades e ações públicas para seu enfrentamento: uma proposta de abordagem conceitual para o campo de públicas. *Administração pública e gestão social*, v. 14, n. 3, 2022. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351571681013>
- Medeiros, R. S. Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos. In: pires, r. R. C. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2019. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/190527_livro_implementando_desigualdades_reproducao_de_desigualdades_Cap2.pdf
- Murias, R. L.; Wang, V.; Benstead, L.; Dulani, B.; Rakner, L. Why the gender of traditional authorities matters: intersectionality and women’s rights advocacy in malawi. *Comparative political studies*, v. 52, n. 12, p. 1881–1924, 2018. <https://doi.org/10.1177/0010414018774369>
- Nadimpalli, S.; Mathew, S.; Cheranda, T. M. (re)envisioning inclusive futures: applying narrative foresight to deconstruct the problem of urban flooding in the slums of Bengaluru, India. *Development policy review*, v. 42, supl. 1, e12786, 2024. <https://doi.org/10.1111/dpr.12786>
- Namian, D. Governing homelessness through instruments: a critical perspective on housing first’s policy instrumentation. *Critical Policy Studies*, v. 14, n. 3, p. 303–318, 2019. <https://doi.org/10.1080/19460171.2019.1598881>
- Pacheco, E. M.; Dias, M. T. G. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. *Serviço social & sociedade*, são paulo, n. 146, p. 263–283, jan./abr. 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.313>
- Ratusniak, C.; Silva, C. C. Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola? *Psicologia escolar e educacional*, são paulo, v. 27, e243705, 2023. <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-243705>



ARTIGO

- Santos, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em são paulo. *Revista estudos feministas, florianópolis*, v. 23, n. 2, p. 577–600, ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n2p577>
- Sartini, I. The sociocultural dimensions of gender-based violence in afro-mexican communities in the coastal region of oaxaca, mexico. *Social sciences*, v. 11, p. 188, 2022. <https://doi.org/10.3390/socsci11050188>.
- Silveira, R. S.; Nardi, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei maria da penha. *Psicologia & sociedade*, v. 26, n. Esp., p. 14–24, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>
- Schultz, S.; Beissmann, F.; Zorbas, C.; Yoong, S.; Peeters, A.; Backholer, K. A realist impact evaluation of a tool to strengthen equity in local government policy-making. *International journal for equity in health*, v. 23, n. 1, p. 179, 2024. <https://doi.org/10.1186/s12939-024-02266-5>
- Sweet, E. L. Latina kitchen table planning saving communities: intersectionality and insurgencies in an anti-immigrant city. *Local environment*, v. 20, n. 6, p. 728–743, 2014. <https://doi.org/10.1080/13549839.2014.96884>.
- Tedds, L. M. Igniting an intersectional shift in public policy research (and training). *Canadian public policy / analyse de politiques*, 2023. <https://doi.org/10.3138/cpp.2022-064>
- Tricco, A. C.; lillie, e.; zarin, w.; o'brien, k. K.; colquhoun, h.; levac, d.; straus, s. E. Prisma extension for scoping reviews (prisma-scr): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. <https://doi.org/10.7326/m18-0850>
- Zugaza, U. (2024). La interseccionalidad en el trabajo institucional municipal: reflexiones desde el punto de vista del “arraigo”. *Oñati socio-legal series*, 14(4), 887–908. <https://doi.org/10.35295/osls.iisl.1882>